

# Festa Proibida

**Após 1989 os ventos democráticos voltaram a soprar no Brasil e a boca de urna tornou-se um dos meios mais comuns de "comemorar" o voto.**



Isis Correia

A história do voto no país começou há três décadas após a chegada dos portugueses quando os moradores de São Vicente, no litoral paulista, foram às urnas para eleger o Conselho Municipal. De lá para cá muita coisa mudou, mas desde aquela época, a presença de autoridades nos locais de votação é proibida. Praticar aliciamento ou manifestação com o objetivo de influenciar a vontade do eleitor é crime e tem nome: boca de urna.

Ruas cobertas de papel, bandeira hasteadas, camisetas multicolores. A cena é tão comum que muitos nem se dão conta de que se trata de uma infração. A lei 9504/97 ainda proíbe o uso de alto-falantes, amplificadores de som, comícios e carreatas. De qualquer forma, mesmo sob pena de ficar detido de seis meses a um ano, ter de prestar serviços a comunidade pelo mesmo período ou ainda pagar multa de 5 a 15 mil UFIR (Unidade Fiscal de Referência), a maioria dos cabos eleitorais parece não temer punição.

A Polícia Militar é responsável por coibir tal prática, porém, a fiscalização parece não ser rígida o suficiente. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE), a PM realiza um trabalho preventivo, dispersando os "boqueiros" antes das seções eleitorais abrirem. "Não tenho medo de ser pega, pois das vezes que trabalhei nunca vi acontecer nada", conta Silvia Bernardo Andrade, 37 anos, conselheira tutelar e cabo eleitoral nas horas vagas.

A diária de um cabo eleitoral oscila entre R\$25 e R\$30, além do lanche que ganham como garantia de alimentação pela média das sete horas trabalhadas. Para Marco Iten, consultor especializado em marketing político há 25 anos, parte do eleitorado tem consciência de que está sendo assediado por uma pessoa paga para isso. "É a compra da pessoa, é o aluguel do militante", enfatiza.

Munidos de camisetas, broches, santinhos e brindes para tentar moldar a opinião dos cidadãos, uma parcela dos cabos eleitorais



Foto: DGABC/BDADOS

considera mais fácil induzir o eleitorado quando se trata de eleições municipais. "No caso das eleições para o executivo isso não acontece tanto porque as campanhas são mais elaboradas", relata Rosângela Torrezan Giembinsky, vice-coordenadora geral da ONG Voto Consciente que acompanha o desempenho dos vereadores e deputados estaduais de São Paulo.

A cabo eleitoral Silvia, acredita ser mais fácil convencer os eleitores a trocarem seus candidatos a deputado e senador. "Nas últimas eleições que participei era muito fácil mudar o voto da pessoa, ao menos para deputado era assim, eram poucos os que já tinham candidato", revela. "O vereador é da cidade e todos sabem em quem votar, como o deputado vai trabalhar longe, ninguém se atenta", acrescenta.

**Diversidade** - Os motivos que levam as pessoas a participar da boca de urna são bastante heterogêneos. Há aqueles que simplesmente por amizade aceitam distribuir santinhos na frente das escolas. "Eu acho que um domingo vale mais do que R\$25", dispara Daniel William, 21, técnico em mecânica, que aceitou o convite de um colega para fazer propaganda para um vereador.

Edimilson, que já trabalhou em empresas multinacionais conta que por não conseguir emprego devido a idade resolveu ingressar na política. "Estou com 46 anos, se eu for à porta de uma fábrica não vou ser bem recebido como profissional, então a gente vai procurar oportunidade no espaço público".

**Proibido é mais gostoso** - A boca de urna é proibida e tal interdição é amplamente divulgada pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Regionais. Os partidos sabem da vedação e apesar disso insistem em tal prática por confiar que a mobilização no dia 1º de outubro será revertida em votos.

De acordo com o TRE de São Paulo, a punição prevista no código eleitoral também vale para os candidatos desde que fique comprovada sua participação. Vários políticos foram contatados pela reportagem para esclarecer o assunto, no entanto até o fechamento desta edição nenhum quis se pronunciar fazendo com que a incógnita permanecesse: se é ilegal, porque tantos insistem nessa artimanha?

"É um método absolutamente ultrapassado, mas as candidaturas que têm a incerteza da vitória acabam lançando mão desse artifício", diz Marco Iten, autor dos livros "Eleição



– vença a sua” e “Eleição de Deputados. Iten, que já assessorou diversos aspirantes a cargos legislativos e executivos, conta que somente as campanhas mal organizadas precisam desse artifício.

Mensalão, caixa dois, propina, valerioduto: escândalos que boa parte da classe política se viu envolvida recentemente induziram a população a repudiar ainda mais as eleições. Hoje, o grau de desinteresse e rejeição pelo processo eleitoral e aos métodos tradicionais de campanha está mais intenso e o uso abusivo de recursos, muito associado à boca de urna, está englobado nesse processo.

O processo de boca de urna é mais intenso no Brasil do que em outros países da América Latina. O conceito de cidadania e de nacionalismo são questões ainda muito mal elaboradas pela classe política brasileira, bastante desqualificada se comparada a seus pares de outros países e que apela para recursos de abordagem ostensiva sobre o eleitor. “Nos países vizinhos vemos um grau de conscientização e mobilização política, partidária e eleitoral muito mais forte do que aqui”, completa Iten.

**Santinho virtual** - Se agora a urna é eletrônica, os santinhos também são. Os spams, mensagens enviadas em massa para diversos endereços eletrônicos, com conteúdo eleitoral estão sendo distribuídos em larga escala pela internet. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entende que a publicidade eleitoral pela rede sofre as mesmas restrições que a realizada de forma presencial, porém a advertência ainda se restringe à propaganda feita em páginas da Web e não por e-mail.

On-line ou off-line, existem pesquisas que indicam que os santinhos induzem um contingente muito pequeno de eleitores a escolher determinado candidato ou a mudar o voto. É difícil encontrar alguém que admita ter sido influenciado pelos cabos eleitorais.

A secretária Solange Souza Reis, 23, confirma que a boca de urna não é um modo eficaz de propaganda. “As campanhas duram meses, não dá para escolher na hora”, diz. Já a dona de casa Célia Navarro, 53, confessa já ter trocado o voto diante da urna. “Encontrei alguns amigos na hora e votei para dar uma força para eles”.

**Passo a passo, boca a boca** - Maria do Carmo Oliveira Lopes, 48, trilhou o caminho oposto da maioria dos cabos eleitorais. Minieira de nascimento e agitada por natureza, aos 17 anos vendeu uma leitoa da fazenda em que morava com os tios, em Divinésia, para conseguir dinheiro e vir para São Paulo. Desembarcou em Mauá, cidade do Grande ABC paulista, onde mora até hoje.

Entrar na política foi espontâneo para a auxiliar de enfermagem que também vendia salgados e roupas no bairro. A popularidade na vizinhança rendeu-lhe os louros e logo foi convidada a se candidatar vereadora pelo PMDB, em 1995.

Precisava de 350 votos para ser eleita, teve 208, alguns deles angariados pelos amigos que se prontificaram a virar seus cabos eleitorais. Ela conta que, ao contrário da maioria, nunca recebeu para trabalhar como cabo eleitoral, mas o “fenômeno” tem explicação. “Eu visava um emprego, com certeza, e sendo assim você não pode receber nada na campanha senão o candidato dirá que já te pagou e pronto”.

Ela leva tão a sério a campanha que dias antes da eleição telefona para a casa dos cabos confirmando se todos sabem o número do candidato. “Já aconteceram casos de pessoas

ligadas a mim que faziam o mesmo, sem se identificar, perguntando em quem os cabos votariam e eles diziam o nome de outro candidato que não era aquele para quem iriam trabalhar”, conta.

Maria, que não tem medo de ser pega fazendo boca de urna, acredita que este último sopro para conquistar votos pode valer a pena. “Já consegui mudar a opinião sim, é difícil, mas já consegui. Na maioria das vezes as pessoas marcam o número na mão e voltam falando em quem votou. Quem fala que votou no meu candidato e depois nem sabe o número dele é porque não votou”.

Respirar campanha todo o tempo fez com que o filho de Maria seguisse os mesmos passos. Klever Oliveira Lopes, 24, marca presença na porta das escolas de quatro em quatro anos e diz que se não fosse pela influência da mãe, não teria se empenhado na política. Já foi fiscal de partido e admite que até dentro da seção deu um jeitinho de convencer alguns eleitores. “Eu dava umas olhadas e a pessoa lembrava que lá fora nossos cabos pediram para ele votar no nosso partido”.

Para ele a estratégia de convencimento é fácil: “Eu chego e falo: você já tem candidato? Então eu despejo um monte de informações, aí não dá tempo da pessoa pensar. As vezes tudo aquilo que eu disse volta à memória dela na urna e ela vota no meu candidato”.

As táticas não param por aí, ele acredita que ser o último a entregar o santinho ao eleitor também surte efeito. “A gente cola adesivo na pessoa, na mão dela. Tem uns que mandam parar, outros jogam os papéis no chão”, completa.

**“Quem tem incerteza da vitória lança mão desse artifício”**